

“Convivência nas diferenças”

Demetrio Magnoli



Em 1948, a ONU (Organização das Nações Unidas) proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que não foi uma invenção do século XX. Tratava-se da reinvenção de diversos documentos sobre direitos humanos, cujos três mais conhecidos são: o “Bill of Rights”, da Revolução Inglesa do século XVII; a “Declaração de Independência” dos Estados Unidos, de 1876; e a “Declaração dos Direitos do Homem”, da Revolução Francesa de 1789. Além desses documentos da civilização ocidental, inúmeros outros elementos culturais de antigas civilizações asiáticas e africanas inspiraram a forma final da Declaração de 1948. Em todos esses enunciados, encontram-se idéias que coincidem num conceito fundamental: a essência humana é a mesma no mundo inteiro em todos os tempos — existe uma humanidade universal.

Essa humanidade universal é detentora de um conjunto de direitos que têm de ser representados pelos poderes políticos e respeitados pelos Estados. Do ponto de vista político, a Declaração de 1948 significava o seguinte: os homens são iguais no plano público e têm o direito de escolher suas identidades livremente no plano privado. Daí, decorrem duas realidades: os Estados não podem discriminar as pessoas no plano público, isto é, as leis não podem distinguir as pessoas, uma vez que detentoras de direitos universais; e o Estado não pode interferir no direito privado de as pessoas escolherem suas identidades (políticas, religiosas, étnicas ou culturais). Cada indivíduo tem o direito inalienável de escolher a sua identidade entre várias possíveis.

Quando a seleção francesa de futebol se preparava para a disputa da Copa do Mundo da Alemanha, em 2006, o líder político da Frente Nacional, de extrema direita, Jean-Marie Le Pen, pronunciou-se reclamando do “excesso de negros” que integravam o time da França. No dia seguinte, o jogador Lilian Thuram, negro nascido em Guadalupe (ilha caribenha que faz parte dos departamentos ultramarinos franceses), respondeu com uma lição de política e história, em entrevista, dizendo: “Não sou negro, sou francês”. Temos, então, duas França “verdadeiras”: a de Thuram, que concebe a Nação como um contrato entre os cidadãos que vivem na França, remetendo à Constituição de 1793, a qual considerava que todos os cidadãos vivendo em território francês eram considerados como cidadãos franceses; e a de Le Pen, que evoca o mito monarquista da “França dos mil anos”, que teria sido criada quando o rei Clóvis I, dos antigos Francos, se converteu ao catolicismo, em 496 (século V) — o resultado da união de uma etnia (os francos) e uma religião (o catolicismo), que produziu uma Nação baseada no passado e no sangue.

O debate entre Le Pen e Thuram não parou no tempo e hoje está aceso como uma fogueira imensa na França. O presidente Nicolas Sarkozy iniciou seu governo proclamando que faria uma política multiculturalista, que adotaria medidas em favor da igualdade entre as etnias que compõem o país, criando o ministério da imigração e da identidade nacional. Ele afirmava que era preciso reconhecer a diversidade étnica da França e promover a igualdade entre esses diversos grupos. Há poucas semanas, Sarkozy enviou à Assembleia Nacional uma proposta de lei que retira a nacionalidade

francesa de todos os cidadãos franceses de origem estrangeira acusados de crime contra autoridades policiais e funcionários do Estado. Caso essa lei seja aprovada, a França estará, imediatamente, dividida entre cidadãos de primeira classe, sem risco de perda da cidadania francesa, e cidadãos de segunda classe, com nacionalidade precária, condicional e passível de ser retirada. Ou seja, a França de Thuram seria substituída pela de Le Pen.

Talvez seja o momento de discutirmos o conceito de etnia, frequentemente usado como sinônimo de raça. Quando se fala em identidades étnicas ou etnorreligiosas, muitas vezes se cometem grandes equívocos — como, por exemplo, ao se enfocarem certos conflitos africanos (tútsis e hútus, em Ruanda) e nos Bálcãs (muçulmanos e cristãos). Esses erros decorrem do pressuposto de que tais identidades são naturais, quando, na realidade, trata-se de criações históricas recentes — algumas surgidas no século XIX ou no início do século XX. Quem criou essas identidades supostamente milenares e eternas? Os Estados. Identidades são criações políticas. O sistema colonial britânico produziu, no século XIX, a noção de etnia (o que chamo de “etnogênese”), como forma de adequar os diversos povos sob seu domínio ao censo realizado em seus territórios na África e na Ásia.

A produção das etnias pelo poder de Estado significa, também, a criação da noção de lealdade étnica. Quem pertence a uma dada etnia deve ser leal aos seus irmãos de etnia. Daí decorre a produção da política e da guerra étnica, na medida em que a sociedade deixa de ser constituída por cidadãos iguais em direitos, e passa a ser composta por comunidades étnicas ciosas de seus privilégios ou de suas necessidades numa nação desigual.

O multiculturalismo é a ideia contemporânea de que a sociedade formada por cidadãos iguais perante a lei tenha sido uma maldosa invenção liberal. Isso é mentira. Trata-se, ao contrário, do resultado de dois séculos de lutas sociais, revoluções e conquistas de direitos. Segundo a visão multiculturalista, deve-se substituir aquele modelo pelo conceito de uma sociedade formada por comunidades étnicas oficiais que se relacionam entre si como nações dentro da nação.

Em relação ao que está acontecendo no Brasil, se examinarmos como a questão étnica vem sendo abordada na educação, verificamos que um dos livros didáticos da área de História mais vendidos, comprado pelo MEC e muito adotado em escolas públicas de ensino fundamental, tem um capítulo intitulado “Africanos no Brasil”. O que se vê são fotografias de personalidades da vida pública brasileira, artistas e jogadores de futebol, todos negros. Há dois significados daí decorrentes: a) quem é negro é africano; b) quem é negro é estrangeiro no Brasil, já que é africano. Isso é o que está explícito nas fotos publicadas. O interessante, porém, é analisar o que está implícito: se os africanos, no Brasil, são essa coleção de negros, então, como consequência lógica, os brancos são europeus no Brasil — estrangeiros, tanto quanto os negros.

Portanto, a partir desse livro tão difundido pelo MEC, temos a reorganização da identidade nacional brasileira. O Brasil deixa de existir, deixa de ser uma nação, sem brasileiros, e se torna um território de exilados — africanos, europeus, asiáticos. O argumento do livro que apresentei caminha na mesma direção da lei de exceção de Sarkozy, anteriormente comentada. Contudo, essa obra não representa um caso isolado, e sim uma espécie de modelo dos novos livros didáticos de História e de Geografia

utilizados no ensino público brasileiro. Atrevo-me a dizer que será um sucesso editorial, não porque ajude os estudantes a aprender coisas úteis, mas em razão de estar de acordo com a doutrina oficial.

Há alguns anos foi criada, por resolução do MEC, a disciplina História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Considero importantíssimo o estudo dessas questões em seus múltiplos aspectos, porém o que motivou a sua criação não foi um chamado à valorização da história e das culturas africanas, e sim uma proposta política. Quando se examina o parecer que regulamenta essa disciplina, percebe-se que se oficializa o termo “afro-brasileiros”. Trata-se de contar a história e a cultura de uma nação de exilados africanos, trazidos para a América em navios negreiros, que existe dentro da nação brasileira.

O mais grave no parecer do MEC regulamentando essa disciplina é a enumeração de alguns princípios a serem seguidos pelas escolas no ensino da matéria, entre os quais “o fortalecimento de identidades e de direitos”. Não se está falando de direitos universais, de direitos de cidadania, mas de direitos ligados a essas identidades, isto é, direitos étnicos. E mais: o documento oficial ainda enfatiza que tal princípio “deve orientar para o esclarecimento a respeito de equívocos quanto a uma identidade humana universal”. Isso significa que o MEC passou uma borracha na assinatura brasileira da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), da ONU, a qual afirma que existe uma humanidade universal.

A escola pública universal surgiu nos EUA e na Europa, no século XIX, ao mesmo tempo em que se fortalecia o nacionalismo. Naquela época, em que se universalizou o ensino, sua principal função consistia em gerar o sentimento de patriotismo, unidade e coesão nacional nos estudantes. As disciplinas mais importantes nesse processo de produção do nacionalismo nas escolas eram Literatura, História e Geografia. Cultura, passado e espaço singularizavam a pátria. Símbolos como a bandeira, o mapa e o hino do país faziam parte do universo escolar dos estudantes.

Acredito que a nova disciplina introduzida pelo MEC segue, paradoxal e tristemente, a tradição de se usar a escola pública para promover o nacionalismo. Entretanto, não se trata do nacionalismo brasileiro, mas do nacionalismo étnico — o Brasil seria constituído por nações étnicas: eurodescendentes e afrodescendentes. Que tempo estranho e paradoxal, em que o Estado usa o seu poder para promover a idéia de fragmentação nacional em grupos étnicos, entendidos como nações dentro da nação!

Quanto à discussão acerca da questão das cotas raciais no Brasil, há equívoco em se considerar que os críticos dessa política estejam especialmente preocupados com as cotas e com as universidades. As cotas não são um problema para as universidades, mas para a nação. Por trás da política de cotas há a idéia de reinventar a nação brasileira nos moldes do multiculturalismo, como uma coleção de nações étnicas — na realidade, apenas duas nações étnicas: os brancos (eurodescendentes) e os negros (afrodescendentes). Isso é uma ruptura com os conceitos dos direitos humanos. No espaço privado, pode-se ter a ideologia que se desejar; no espaço público, o Estado, o direito e as leis não podem oscilar ao sabor de definições étnicas, religiosas ou raciais.